

RODOLFO DE CAMARGO
MANCUSO

SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES

NATUREZA • EFICÁCIA • OPERACIONALIDADE

3ª

edição

Revista, ampliada
e atualizada

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Futura Editoração (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3ª edição.

M268s Mancuso, Rodolfo de Camargo.
Sistema Brasileiro de Precedentes / Rodolfo de Camargo Mancuso. – 3. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
736 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-2856-2.

1. Direito Sumular. 2. Jurisprudencial. I. Mancuso, Rodolfo de Camargo. II. Título.

CDD 340.6

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo 1

A QUESTÃO DAS FONTES DO DIREITO	33
1. A jurisprudência, frente às fontes do Direito.....	33
2. As fontes do Direito em face das famílias <i>civil law</i> e <i>common law</i> . O caso brasileiro.	53
3. A norma legal e a “lei do caso concreto”: a decisão judicial de mérito.	87
4. Sentido contemporâneo de <i>jurisdição</i>	103

Capítulo 2

A JURISPRUDÊNCIA, NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	119
1. Os sentidos da expressão <i>jurisprudência</i>	119
2. A pirâmide escalonada da jurisprudência.....	146
3. O direito sumular e as eficácias persuasiva e vinculativa.	176
4. A jurisprudência ante os valores justiça, segurança, isonomia e previsibilidade.	195
5. A divergência jurisprudencial: uma virtualidade inarredável, num sistema formado por órgãos judiciais sobrepostos.	217

Capítulo 3

A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO PROCESSO CIVIL E NA PRÁXIS JUDICIÁRIA NACIONAL	235
1. A trajetória valorativa do direito pretoriano.....	235

2.	As súmulas, em face das condições da ação e do mérito da causa.....	252
3.	O direito pretoriano como fundamento de pretensões judicializadas.....	275
4.	A jurisprudência, dominante ou sumulada, como elemento de contenção do afluxo excessivo de recursos aos tribunais superiores: a chamada <i>jurisprudência defensiva</i>	304
5.	A premente busca pela uniformização da jurisprudência, por técnicas e meios diversos.	349

Capítulo 4

O DIREITO SUMULAR E O REGISTRO JURÍDICO-POLÍTICO DO BRASIL		375
1.	Leitura contemporânea dos princípios constitucionais da legalidade (ou da reserva legal) e da igualdade.	375
2.	O cotejo entre lei – fonte principal do Direito – e súmula: o extrato da interpretação judicial da lei, assentada nos Tribunais.	398
3.	A tendencial eficácia expansiva da jurisprudência – dominante ou sumulada – e o crescente controle judicial de atos normativos e de políticas públicas: risco para o equilíbrio entre os Poderes?	425

Capítulo 5

O DIREITO PRETORIANO NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.....	459
1. Aptidão da jurisprudência para o tratamento isonômico aos jurisdicionados.	459
2. Distinção entre precedente e jurisprudência.....	481
3. Tendência contemporânea à tutela judicial plurindividual	511
3.A. Repercussão geral da questão constitucional na admissibilidade do recurso extraordinário ao STF.	525
3.B. O direito sumular dos Tribunais da Federação e sua tendencial eficácia expansiva.	554
3.C. As decisões-quadro, do STF, STJ e TST nos RE's, REsp's e RR's repetitivos.....	599
3.D. Efeito vinculante e eficácia <i>erga omnes</i> das decisões do STF no controle incidental/difuso/ <i>in concreto</i> da constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.....	630

3.E.	Incidente de assunção de competência. Incidente de uniformização de jurisprudência (CPC/73)	651
4.	Novo CPC: o incidente de resolução de demandas repetitivas e a improcedência liminar do pedido.....	659
5.	Sistema brasileiro de precedentes?	674
BIBLIOGRAFIA		707